



(Mariana Cergoli Janeiro)

Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o “**DIA DA VISIBILIDADE LÉSBICA**” (29 de agosto).

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Municipal de Eventos, criado pela Lei nº. 2.376, de 21 de novembro de 1979, o “**DIA DA VISIBILIDADE LÉSBICA**”, a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

Art. 2º. A data criada por esta lei poderá ser celebrada com os seguintes eventos:

I – reuniões, palestras, seminários, oficinas e demais eventos abordando os direitos da população de mulheres lésbicas e o combate à lesbofobia;

II – caminhadas ou marchas pela visibilidade de direitos de mulheres lésbicas e contra a violência contra essa população.

Art. 3º. Os eventos poderão ser realizados por entidades, coletivos ou movimentos de direitos das mulheres lésbicas, com apoio do Poder Público.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O dia 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, marca a luta permanente das mulheres lésbicas por uma sociedade com igualdade de direitos e respeito.

Tornou-se uma data de reivindicações, organização e luta por políticas públicas específicas e para o reconhecimento da cidadania de mulheres lésbicas, que pagam impostos, trabalham, estudam, votam, têm filhos e contribuem para o desenvolvimento de nosso país.

A data tem como objetivo chamar atenção para problemas e particularidades compartilhadas especificamente por mulheres lésbicas e para tratar de temas como a lesbofobia (discriminação contra mulheres que são lésbicas), o machismo, a



invisibilidade na sociedade e o acesso adequado a serviços de saúde, educação e empregabilidade.

A organização de mulheres lésbicas, no Brasil, surge no início de 1979, dentro do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), mais precisamente no grupo Somos de São Paulo.

No ano de 1996, durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), o dia 29 de agosto foi estabelecido como o **Dia Nacional da Visibilidade Lésbica**. Desde então, agosto se tornou o mês dedicado a eventos e comemorações voltados a esse público tão esquecido e invisibilizado, durante o restante do ano.

Mulheres lésbicas são vítimas de toda a sorte de violência física, verbal, psicológica, econômica, seja na família, na rua, escola, trabalho e pela omissão do Poder Público. Dentre as formas mais absurdas de violência, contra mulheres lésbicas, existe o cruel estupro “corretivo”, prática que consiste em impor, a essas mulheres, o sexo heterossexual como o único aceitável. Há inúmeros casos de estupros “corretivos” no Brasil.

As políticas públicas de saúde para mulheres lésbicas são quase inexistentes. Não há, por exemplo, programa municipal de saúde ginecológica, direcionado a esse público, para incentivá-lo a prevenir, ou tratar doenças. A ida a médicos ginecologistas se torna constrangedor, já que tais especialistas conduzem as consultas como se a heterossexualidade fosse a única orientação sexual existente. O resultado dessa falta de preparo, em lidar com a diversidade, é que essas mulheres não voltam mais ao médico, por receio de novo constrangimento.

O tratamento de IST/AIDS, no Brasil, é elogiado no mundo todo, mas, aqui, não existem programas de prevenção para mulheres lésbicas. Como também não existem pesquisas contundentes sobre a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis e HIV entre mulheres.

Não bastasse tudo isso, mulheres lésbicas sofrem discriminação dentro da sua própria comunidade. Nos espaços de militância, por exemplo, não é raro que elas sejam preteridas e silenciadas por pessoas que insistem em perpetuar o machismo e a misoginia. Por conta dessa discriminação, mulheres lésbicas, que teriam muito a contribuir na luta contra a LGBTfobia, acabam desistindo dessa luta.

A única estatística específica existente sobre mulheres lésbicas é o “Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil”, publicado no ano de 2018, mostrou crescimento da violência contra mulheres lésbicas. Entre 2014 e 2017, o número de registros de assassinatos



de mulheres lésbicas aumentou em 150%. Entretanto, devido à falta de dados oficiais e estudos padronizados, estima-se que esses números sejam ainda maiores. Esses dados refletem a invisibilidade e a desvalorização social contra mulheres lésbicas. São Paulo, por exemplo, é o estado que apresenta o maior número de assassinatos de lésbicas, concentrando 20% dos casos nos últimos quatro anos.

Em todas as regiões do país, lésbicas, que moram no interior, têm o dobro de chances de serem assassinadas, do que aquelas que moram nas capitais, a exemplo do que ocorreu com Ana Caroline Sousa Câmpelo, jovem lésbica de 21 anos, morta com requintes de crueldade, no ano de 2023, em Maranhãozinho, cidade do interior do Maranhão. O assassino arrancou a pele do rosto de Ane, seus olhos, orelhas e parte do couro cabeludo. O homem que praticou o crime, motivado pelo ódio às mulheres lésbicas, conforme o próprio Ministério Público apurou, agora aguarda julgamento pelo Tribunal do Juri daquele estado.

Em um país fincado em conceitos patriarcais, que violenta e extermina a existência de mulheres que destoam dos padrões impostos, é crucial visibilizar as vozes das mulheres lésbicas, denunciando violências, registrando suas memórias e viabilizando políticas públicas para elas.

Diante de todo esse cenário, a criação de um dia municipal dedicado a visibilidade dessas mulheres (a exemplo do que já ocorre nacionalmente, há anos) é crucial para a conscientização sobre os desafios que esse público enfrenta, promovendo a empatia e compreensão dentro da sociedade.

Em conclusão, o estabelecimento do “Dia da Visibilidade Lésbica” a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de agosto, representa um passo significativo desta Casa em reconhecer e honrar a existência de mulheres lésbicas e a sua contribuição para o mundo como seres livres, (que quebraram os grilhões dos padrões impostos como regra) e como sujeitos políticos que buscam apenas viver com dignidade, exercendo a sua cidadania.

Isto posto, e para demonstrar que esta Casa legisla para todas as pessoas, independentemente das diferenças, peço aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

MARIANA JANEIRO

AVISO DE PAUTA

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica terá solenidade com entregas do MDHC nesta terça-feira (29)



Ação pela visibilidade lésbica ocorrerá em Brasília (DF), com transmissão ao vivo pelo YouTube @mdhcbrasil. Entre as iniciativas, haverá o lançamento do relatório do GT de combate à lesbofobia



Em alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em parceria com os ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial, faz um evento com entregas do governo federal nesta terça-feira (29), em Brasília (DF). Com transmissão ao vivo pelo YouTube @mdhcbrasil, a solenidade tem entre os destaques o lançamento do relatório do Grupo de Trabalho de combate à lesbofobia e ao lesbo-ódio.



Instituído em junho deste ano, o GT é voltado à apresentação de estratégias de enfrentamento à lesbofobia e ao lesbo-ódio, além da proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema.

No âmbito da data, a solenidade tem a proposta de demonstrar o compromisso ético-político do governo federal com pessoas lésbicas e sapatão. O evento também contará com apresentações culturais.

Sobre o GT

Intitulado "Agenda de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio", coube ao Grupo de Trabalho realizar o mapeamento de demandas das lésbicas em relação a políticas de promoção de seus direitos no âmbito da saúde, educação, justiça, segurança pública,

assistência social e cultura; discutir estratégias; e propor políticas de direitos humanos para combater a lesbofobia e o lesbo-ódio.

O GT foi composto pela Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do MDHC, que presidia os trabalhos; por três representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; quatro representantes da sociedade civil; e pelas conselheiras governamentais do MDHC que compõem o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Contou, ainda, com o acompanhamento de representantes do Ministério das Mulheres e Ministério da Igualdade Racial, como parceiras convidadas.

A data

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica é celebrado anualmente em 29 de agosto no Brasil, em alusão ao I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), ocorrido em 1996. A data celebra a luta e a resistência de lésbicas e sapatão, no enfrentamento da discriminação por orientação sexual, da misoginia e de outras discriminações decorrentes de marcadores sociais da diferença, como raça, deficiência, entre outros.

Serviço:



Evento: Com elas – o governo federal em ação pela visibilidade lésbica

Data: Terça-feira (29)

Horário: das 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, bloco A, auditório do subsolo – Brasília (DF)

Transmissão ao vivo: [YouTube @mdhcbrasil](#)

Para dúvidas e mais informações:

imprensa@mdh.gov.br

Atendimento exclusivo à imprensa:

Assessoria de Comunicação Social do MDHC



[Iní...](#) / [Centro de Impr...](#) / [Notíc...](#) / ONU marca Dia da Visibilidade Lésbica celebrando diversidade de...

Notícias

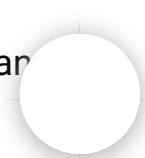
ONU marca Dia da Visibilidade Lésbica celebrando diversidade de identidades

29 agosto 2019

[gallery type="slideshow" size="large"
ids="164794,164795,164796,164797,164798,164799,164800,164801,164802,164803,164804"]

No Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, 29 de agosto, a campanha da ONU Livres & Iguais lança vídeo e cards para as redes sociais com mensagens especiais para a data, celebrando as diversas identidades das mulheres lésbicas.

Em celebração realizada nesta quinta-feira (29) na Casa da ONU, em Brasília (DF), a Livres & Iguais recebe representantes de governos, sociedade civil, ativistas e comunidade diplomática para fomentar uma conversa sobre gênero, raça, etnia, classe, idade, religião e deficiência, entre outros elementos que moldam as experiências de vida e afetam de modo distinto a garantia dos direitos humanos e o tratamento justo dessa população.



Explorando o tema “Sem medo de ser feliz”, a campanha das Nações Unidas se une às mulheres lésbicas e convoca todos os governos e toda a sociedade a construir um mundo onde ninguém precise ter medo de sofrer violência ou discriminação por conta de sua orientação sexual. Como afirma Talita Tavares, do programa do governo do estado do Rio de Janeiro “Rio Sem Homofobia”, a visibilidade lésbica “tem tudo a ver com direitos humanos”. “A gente está falando do direito de ir à padaria comprar pão sem ser atacada. A nossa vida está em risco a todo momento”, declarou.

[embed]<https://www.youtube.com/watch?v=INCuMI7aauo>[/embed]

Confira abaixo as entrevistas que a Livres & Iguais realizou com várias mulheres para entender o que significa ser lésbica nos dias atuais, quais os principais desafios enfrentados por essa população e o que é necessário para que os direitos humanos dessas mulheres sejam plenamente respeitados.

O que significa ser lésbica nos dias atuais?

Quais são os principais desafios enfrentados por essa população? O que é necessário para que os direitos humanos dessas mulheres sejam plenamente respeitados? Essas são perguntas para as quais não há resposta única.

Enquanto movimento social, a identidade lésbica foi construída ao longo dos anos a partir de obstáculos, desafios e demandas por direitos cujo ponto em comum remonta à violência e à discriminação com base na orientação sexual. Historicamente, as narrativas em torno dessa pergunta também reproduziram

outras desigualdades, por exemplo, privilegiando as experiências de mulheres brancas ou de classe alta, em detrimento das demandas de lésbicas negras ou idosas.

Entender quem são as mulheres lésbicas em toda a sua diversidade, quais são suas vivências e que formas de violência e discriminação elas sofrem requer seguir um fio comum que pode costurar retalhos de histórias, trajetórias e realidades de vida distintas.

Lara Lopes é uma engenheira de dados originária de Moçambique, onde relações consensuais entre adultos do mesmo gênero eram criminalizadas até 2015. Ela chegou a sofrer agressões na rua e ser detida por conta da sua orientação sexual. Em 2013, Lara chegou ao Brasil, onde é uma das centenas de pessoas que solicitaram proteção internacional do refúgio ao governo brasileiro por conta de orientação sexual ou identidade de gênero.

“O Brasil resgatou em mim a possibilidade de eu ser alguém e de poder ter uma vida normal, o que não acontecia no meu país, onde sofria todo tipo de preconceito e agressões por ser lésbica. Se hoje sou refugiada foi porque busquei minha liberdade como pessoa LGBTI, porém, não é fácil ter esse status porque muitos não entendem e criam certos estigmas para nos diferenciar”, declarou.

Michele Seixas é moradora de uma das maiores favelas da América Latina, o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Assim como Lara, ela é também uma mulher negra, cuja experiência como lésbica é atravessada pelo racismo. “Ser negra é sentir na pele os efeitos do racismo antes mesmo da lesbofobia”, disse. “O racismo é estrutural e faz com que nós, lésbicas negras, soframos os efeitos da escravidão até os dias de hoje”.

As intersecções entre orientação sexual e raça não se resumem a um local de opressão e vitimização. Ser uma mulher lésbica negra é também uma identidade de resistência e uma chance de desarticular preconceitos. Para Maiara Lopes, ser lésbica e mulher negra é desconstruir toda um sociedade machista, homofóbica, patriarcal, lesbofóbica e racista. Para ela, ser uma lésbica negra é “quebrar todos os tipos de preconceitos, mostrando que mulheres pretas estão se amando, sendo felizes, construindo suas famílias”.

Tanto para Maiara quanto para Michele, quebrar preconceitos e construir novas possibilidades de vida vêm do encontro com outras mulheres. “Como forma de resistência, (precisamos) cada vez mais aquilombar as lésbicas negras”, afirmou Michele. A poesia, a arte e a participação em espaços coletivos de mulheres foram formas que Maiara encontrou para desconstruir o preconceito e se fortalecer.

Compartilhando angústias e vitórias, essas mulheres conseguem conquistar espaços para exercer a liberdade e serem quem são, sem medo. “Desde que decidi sair de Moçambique e me refugiar aqui no Brasil, consigo falar sobre tudo o que vivo, consigo contar minha história sem medo. Hoje posso me vestir do jeito que gosto”, contou Lara.

Rosângela Castro é também uma mulher lésbica que enfrenta as consequências do racismo todos os dias. Diante de tantas desigualdades, Rosângela encontrou na religião uma fonte de resistência e fortalecimento. “Vim ser religiosa no Candomblé por ser lésbica. O Candomblé vê o indivíduo como um todo, independente de classe social, raça, orientação sexual ou identidade de gênero. É a religião que acolhe toda a comunidade LGBT”.



Ainda assim, professar uma fé de matriz africana pode ser mais um motivo de discriminação, como nota Beatriz Fernandes. “Tornar-se uma pessoa que vive numa cosmologia de matrizes africana me trouxe mais um estigma social. Ao mesmo tempo, essa outra forma de vivenciar, de estar com a terra, com o outro e consigo aparta um pouco do peso de ser uma mulher preta que ama outras mulheres pretas.”

Altamira Simões narra uma experiência similar. “Ser lésbica já nos põe numa situação de estigmas negativos. Ser lésbica, negra e de matriz africana nos coloca como alvo de todas as formas de preconceitos e violações, tornando nossa existência altamente vulnerabilizada e perigosa”, declarou.

Para ela, o acúmulo de diferentes formas de discriminação tem o efeito de tornar públicas questões que, a princípio, seriam consideradas “privadas”, como o exercício da sexualidade. “Por conta disso, nossa vida privada se torna pública, interferindo nas relações sociais, impactando, negativamente, inclusive em espaços que deveriam ser de proteção e sobrevivência, como o trabalho”.

Ainda assim, “o feminismo negro, antirracista, com seus princípios fundamentados no afeto e no autocuidado, nos possibilita uma existência e resistência contínua, ainda que no caminho alguma de nós tombe”, disse Altamira.

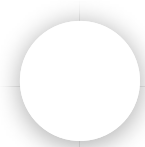
Para Amanda Gondim, a identidade de mulher lésbica está entremeada por um outro elemento: a deficiência sensorial. “O processo todo da perda gradativa da visão me trouxe um novo mundo, algo completamente diferente do que eu me inserida”.

De acordo com ela, “são inúmeras as formas discriminatórias e vexatórias com as quais as pessoas tratam a mulher deficiente. (...) Dentro do capacitismo cotidiano, que é a forma de preconceito e discriminação que as pessoas com deficiência são bombardeadas o tempo todo pela nossa cultura, acaba sendo um grande desafio ser lésbica e deficiente, a visão acaba sendo um dos sentidos sensoriais principais na percepção da realidade à nossa volta”.

Tornar-se deficiente visual levou Amanda a descobrir novas formas de viver sua sexualidade. “A sexualidade é muito mais que um sentido a ser explorado e se desenvolve de outras formas, através de audição, tato, olfato, personalidade e conexão. É uma nova forma de perceber a realidade. A questão são os preconceitos e desinformação generalizada”.

Outro tema cercado de desinformação e preconceitos é o envelhecimento das mulheres lésbicas. Aos 60 anos, a historiadora e ativista Heliana Hemetério disse que “há vários aspectos a serem abordados sobre lesbianidade e envelhecimento, inclusive o recorte racial e econômico”. “Caberia um debate, porque as políticas públicas de saúde da população idosa não incluem orientação sexual e identidade de gênero”, disse.

“Ser uma lésbica de 60 anos é ser uma lésbica que envelhece, como toda mulher. Porém, esse envelhecimento depende da maneira como você se coloca enquanto lésbica no mundo. Eu não me queria me tornar uma lésbica 'velha', e sim ser uma mulher que envelhece”.

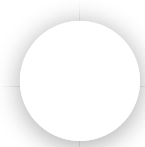


Para Heliana, conversar sobre orientação sexual na velhice é muito importante, pois, devido aos estigmas e preconceitos, “muitas lésbicas saem de casa e vivem a maior parte de suas vidas longe da família”. “Elas podem estar em relações estáveis na velhice ou estar sozinhas. Essa solidão pode se tornar, sem dúvida, agravante dos problemas de envelhecimento, acarretando depressão”.

Já a estudante de Letras Eduarda Tuxá chamou atenção para outra interseção de identidades como mulher lésbica e indígena. De acordo com Eduarda, a orientação sexual ainda é um tema pouco abordado, pois “muitos povos negam que existam pessoas LGBT em suas comunidades”. “Instaurou-se o mito de que o indígena LGBT é um indígena que ‘se aculturou’. Criou-se a ideia de que a homossexualidade é uma coisa que o índio aprendeu com o não índio e que por isso envergonha a comunidade e por isso a nossa existência é negada”.

No entanto, as pesquisas realizadas por Eduarda apontam justamente para o contrário. “A pergunta que eu me fiz foi por que o meu povo rechaçava sujeitos como eu, que fugiam do padrão heterossexual? Em minha cultura, nos nossos rituais, por exemplo, não há nenhuma orientação nesse sentido. Pelo contrário, aprendemos que todos somos iguais”, afirmou.

Estudando e aprendendo sobre suas raízes, Eduarda pôde identificar a relação entre colonização e discriminação contra relações consensuais entre pessoas adultas do mesmo gênero, que ocorreu não só no Brasil, mas também em diversas outras colônias nas Américas, na África e na Ásia. Em alguns casos, leis originárias do período colonial levaram à criminalização e até mesmo à pena de morte. Até hoje, pelo menos cinco países ainda punem com pena de morte pessoas que se envolvem em relações consensuais com adultos do mesmo gênero. [Veja mapa contando essa história aqui.](#)



“Foi remexendo na história do meu povo e lendo uma coisa aqui e outra ali que fui abrindo os olhos para entender o funcionamento dessa estrutura colonialista que objetiva controlar não apenas nossas mentes, mas nossos corpos e sexualidades.”

Diante disso, Eduarda hoje faz parte da Tibira, uma mídia social que promove o diálogo e a conexão entre indígenas LGBTI, para que cada um possa criar suas próprias estratégias sobre como falar sobre orientação sexual e identidade de gênero nas suas comunidades, considerando as especificidades de cada povo. O nome da rede faz referência a um personagem real, o indígena tupinambá Tibira, executado no século 17 no Maranhão por sua orientação sexual.

“Não podemos utilizar as estratégias dos não indígenas e trazer para dentro das nossas comunidades como um molde perfeito. Acredito que devemos buscar construir nossas estratégias dentro das especificidades de nossos povos, respeitando o tempo dos mais velhos e de cada comunidade.”

Raíssa Cabral tem uma trajetória diferente das outras entrevistadas. Ela é uma mulher lésbica e trans. “Ser lésbica implica, acima de qualquer coisa, me reconhecer enquanto uma mulher que ama outras mulheres . Ser uma lésbica trans significa que a vivência desse tipo de amor foi se construindo a partir de um corpo que não foi designado enquanto do ‘sexo feminino’ ao nascer”, disse.

“É necessário ser dito que a construção de afetividades entre mulheres segue sendo algo revolucionário. Enquanto mulher trans, ser amada por outras mulheres também veio me construindo enquanto um processo de cura, reconhecimento e autoaceitação.”



Raíssa resume bem o que a palavra “interseccionalidade” significa quando pensamos nas diversas identidades lésbicas. “A lesbianidade não é um universo no qual somos todas iguais apenas por sermos mulheres, mas uma miríade de diferenças, dentro da qual nossas afetividades funcionam como uma ponte, para que essas diferenças possam, em vez de resultar em hierarquia, poder, ser vividas como algo positivo, celebratório, que nos aproxime ao invés de nos afastar”.

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica foi criado em 1996 no Rio de Janeiro, durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (o SENALE, atualmente SENALESBI – Seminário Nacional de Lésbicas e mulheres Bissexuais). O objetivo da data é chamar atenção para os desafios enfrentados para a concretização dos direitos humanos de lésbicas.

Livres & Iguais

A Livres & Iguais é uma iniciativa sem precedentes para a promoção da igualdade de direitos e tratamento justo de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersexo (LGBTI).

Projeto do Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a campanha sensibiliza sobre a violência com base em orientação sexual, identidade e expressão de gênero e/ou características sexuais, e promove o respeito aos direitos de pessoas LGBTI em todos o mundo.

Anualmente, campanha engaja milhões de pessoas em todo o planeta em conversas que ajudam a promover o tratamento justo a pessoas LGBTI e a gera



apoio a medidas para proteger os seus direitos.

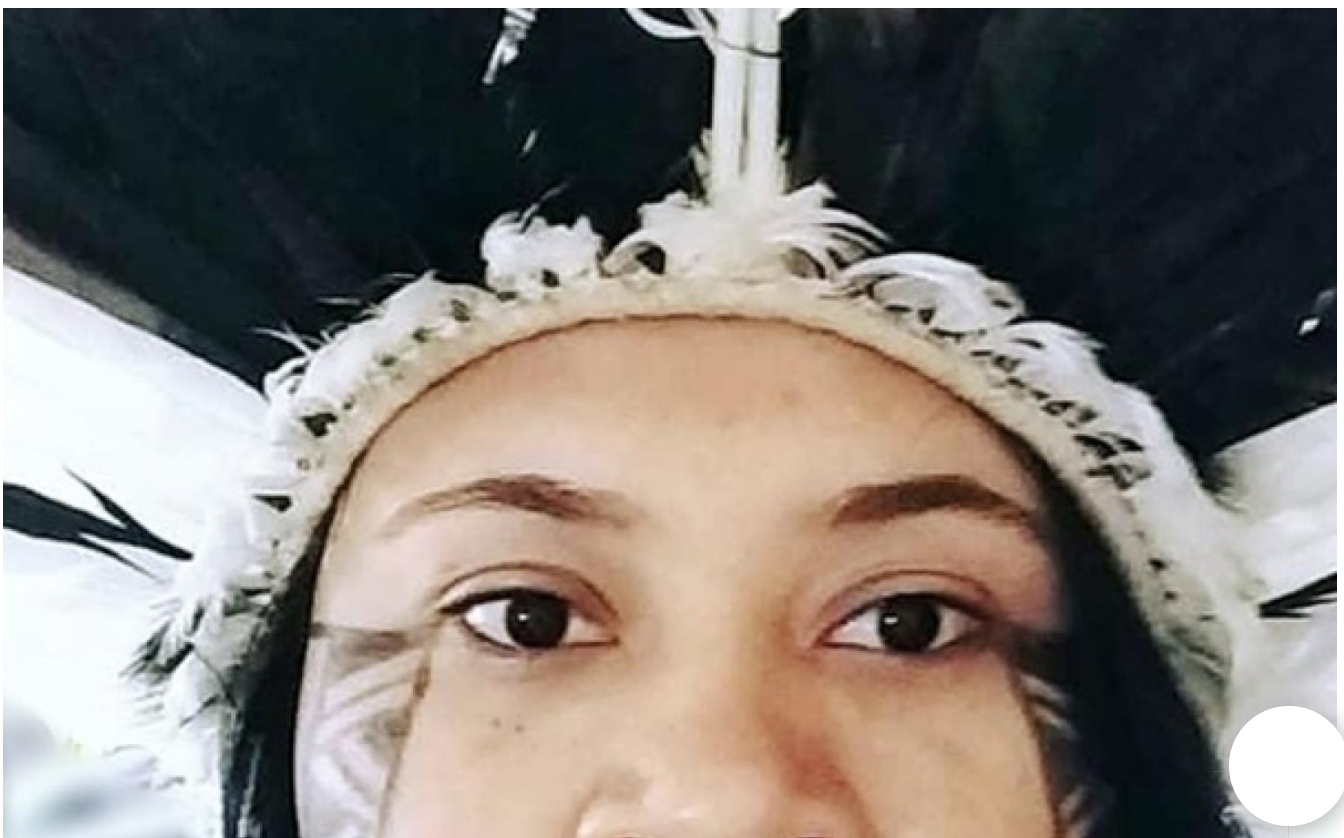
[Para saber mais sobre a campanha, clique aqui.](#)

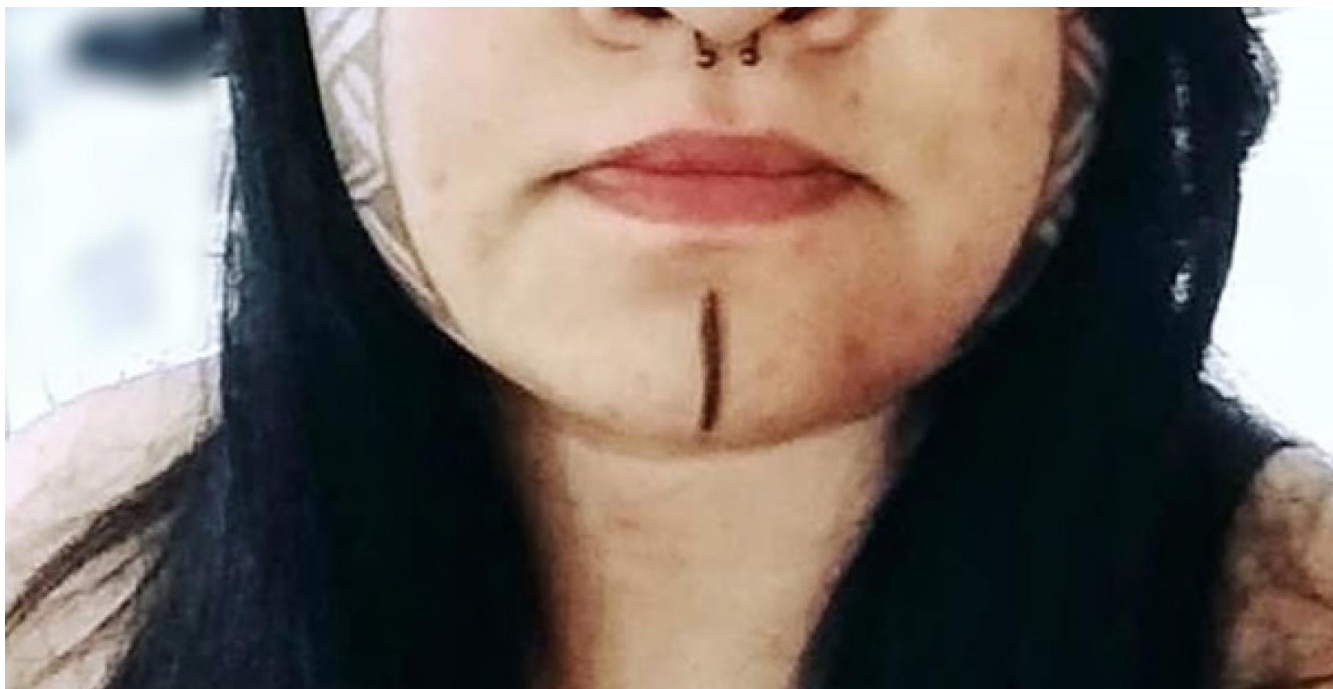
Confira também os materiais lançados pela campanha na Visibilidade Lésbica nos anos anteriores:

[ONU celebra Dia da Visibilidade Lésbica com campanha sobre direitos sexuais e reprodutivos](#)

[ONU e parceiras promovem roda de conversa online para o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica](#)

[ONU pede mais visibilidade para lésbicas e bissexuais e reconhecimento de famílias de todos os tipos](#)





Objetivos que apoiamos através desta iniciativa



Nações Unidas Brasil

Bem-vinda(o) à página da Equipe de País das Nações Unidas no Brasil

Casa ONU Brasil - Complexo Sérgio Vieira de Mello
Setor de Embaixadas Norte
Quadra 802, Conjunto C, Lote 17
CEP: 70800-400
Brasília, DF, Brasil
+55 (61) 3038-9300

Sobre a ONU



Descubra o que as Nações Unidas no Brasil estão fazendo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

SDGs



Nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Faça a sua parte



Vamos agir em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Histórias



Saiba mais sobre nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Recursos



Saiba mais sobre nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Empregos



Saiba mais sobre oportunidades de emprego no Sistema ONU no Brasil.

© Copyright 2025 Nações Unidas no Brasil



NAÇÕES UNIDAS

Contact

Direitos de reprodução

Alerta de Fraude



[Políticas de privacidade](#)

[Index da página](#)

[Termos de utilização](#)

